



ÍNDICE

01. Direito Constitucional.....	3
02. Direito Administrativo.....	10
03. Direito Penal.....	16
04. Direito Processual Penal.....	22
05. Direito Civil.....	28
06. Direito Processual Civil.....	33
07. Direito do Trabalho.....	40
08. Direito Processual do Trabalho.....	45
09. Direito Tributário.....	50
10. Direito Internacional.....	54
11. Direito do Consumidor.....	57
12. Direito Ambiental.....	61
13. Direito Empresarial.....	64
14. Ética Profissional.....	69
15. ECA.....	81
16. Filosofia do Direito.....	83
17. Direito de Família e Sucessões.....	85
18. Direitos Humanos.....	87



01

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS SOCIAIS

XI EXAME DA OAB – 13 – Acerca da disciplina constitucional do direito à educação, assinale a afirmativa correta.

- A)** Os municípios atuarão prioritariamente na prestação do ensino fundamental e médio.
- B)** Na prestação do ensino fundamental, além da utilização obrigatória da língua portuguesa, é assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas.
- C)** É permitido às universidades admitir professores estrangeiros, na forma da lei, mas é expressamente vedada a admissão de técnicos e de pesquisadores estrangeiros.
- D)** O ensino é livre à iniciativa privada, independente de autorização e da avaliação de sua qualidade pelo Poder Público.

A **alternativa A** está incorreta, tendo em vista que não é atribuição do município prestar o ensino médio (art. 211, § 2º e 3º, da CF). A **alternativa B** está em consonância com o previsto no art. 210, § 2º, da CF, e, portanto, está correta. A **alternativa C** está incorreta, pois a CF permite às Universidades admitir professores, técnicos e pesquisadores estrangeiros (art. 207, § 1º, da CF). A **alternativa D**, por fim, está incorreta porque a educação privada depende de autorização e avaliação por parte do Poder Público (art. 209, inc. II, da CF).

● ● ● **RESPOSTA: B.**

XII EXAME DA OAB – 13 – A Constituição declara que todos podem reunir-se em local aberto ao público. Algumas condições para que as reuniões se realizem são apresentadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A)** Os participantes não portem armas.
- B)** A reunião seja autorizada pela autoridade competente.
- C)** A reunião não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- D)** Os participantes reúnam-se pacificamente.

A questão pede que o candidato aponte a alternativa que traz uma situação que não é condição para o exercício do direito de reunião, previsto no art. 5º, inc. XVI, da CF:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:(...)XVI - todos podem reunir-se pacificamente,

te, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Como se vê, as **alternativas A, C e D** trazem as condições dispostas no referido artigo. A **alternativa B** está incorreta, pois o dispositivo constitucional não exige a autorização do Poder Público para que se exerça o direito à reunião. O que se exige é meramente a comunicação à autoridade competente.

● ● ● **RESPOSTA: B.**

XII EXAME DA OAB – 19 – Ana Beatriz procura um escritório de advocacia, informando que a Universidade Pública do Estado XYZ instituiu, mediante decreto do Governador, uma taxa da matrícula no valor de R\$ 100,00 (cem) reais, para estudantes que possuam renda familiar superior a 10 (dez) salários mínimos, com a finalidade de utilizar esse recurso para subsidiar a moradia de alunos de baixa renda, procedentes de Municípios distantes. Diante da indagação de Ana Beatriz sobre a constitucionalidade da cobrança, assinale a afirmativa correta.

- A)** A cobrança é constitucional, pois se trata de uma política pública de redução das desigualdades.
- B)** A cobrança é constitucional em razão do princípio da autonomia universitária, previsto na Constituição da República.
- C)** A cobrança é inconstitucional, uma vez que a taxa de matrícula deveria ser instituída por lei.
- D)** A cobrança é inconstitucional, uma vez que viola o imperativo de gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A questão exige o conhecimento do disposto no art. 206, inc. IV, da CF:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Diante do disposto no referido artigo, depreende-se que a cobrança é inconstitucional. Portanto, as **alternativas A e B** estão incorretas. A **alternativa C** está incorreta porque não é o meio de instituição (lei, decreto, etc.) que determina a constitucionalidade da cobrança. A mera cobrança viola a regra constitucional da gratuidade do ensino público. Diante disso, a alternativa correta é a **alternativa D**.

● ● ● **RESPOSTA: D.**

XII EXAME DA OAB – 20 – Segundo informações do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), no Brasil, nos últimos 20 anos, 70% dos casos de assassinatos a jornalistas ficaram impunes. O CPJ contabilizou 23 assassinatos entre 1992 e 2012, sendo quatro ocorreram de janeiro a abril de 2012. Desse total, quatorze não foram punidos. Diante desse quadro, sindicatos de jornalistas de vários estados brasileiros propuseram à Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal a federalização da investigação desses crimes, porque, segundo esses sindicatos, tais crimes caracterizam graves violações de Direitos Humanos. Para que a investigação e o julgamento de tais violações sejam federalizados é necessário que fique demonstrado que se trata de grave violação de Direitos Humanos afirmados em Tratados internacionais, dos quais o Brasil seja parte e pode, por isso mesmo, responder diante de instâncias internacionais. Além disso, é preciso que

- A)** os familiares das vítimas entrem com o pedido de incidente de deslocamento de competência perante o STJ que deve julgá-lo favoravelmente.
- B)** os familiares das vítimas entrem com um mandado de segurança perante o STF que deve julgá-lo favoravelmente.
- C)** as autoridades locais entrem com o pedido de incidente de deslocamento de competência perante o STJ que deve julgá-lo favoravelmente.
- D)** o Procurador Geral da República entre com o pedido de incidente de deslocamento de competência perante o STJ que deve julgá-lo favoravelmente.

A questão trata de deslocamento de competência de processos para a Justiça Federal (art. 109, § 5º, da CF). As **alternativas A, B e C** estão incorretas, pois não cabe aos familiares esse pedido. O pedido de incidente de deslocamento de competência cabe ao Procurador Geral da República. A **alternativa D** está correta porque, de fato, é o Procurador Geral da República quem deve ingressar com pedido de incidente de deslocamento de competência perante o STJ.

●●● **RESPOSTA: D.**

SÚMULAS VINCULANTES

XI EXAME DA OAB – 15 – Após reiteradas decisões sobre determinada matéria, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou enunciado de Súmula Vinculante determinando que é inconstitucional lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias. O Estado X, contudo, não concordando com a posição do Supremo Tribunal Federal (STF), edita lei dispondo exatamente sobre os sistemas de consórcios e sorteios em seu território. A partir da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A)** O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá, de ofício, declarar a inconstitucionalidade da norma estadual produzida em desconformidade com a Súmula.
- B)** Qualquer cidadão poderá propor a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante que, nesse caso, será declarada mediante a decisão de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF).
- C)** É cabível reclamação perante o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a validade da lei do Estado X que dispõe sobre os sistemas de consórcios e sorteios em seu território.
- D)** A súmula possui efeitos vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, mas não vincula o Poder Legislativo na sua atividade legiferante.

A **alternativa A** está incorreta, pois o STF não pode declarar inconstitucionalidade de ofício, é necessária a provocação (art. 103-A, da CF). Não é qualquer cidadão que possui legitimidade para propor revisão ou cancelamento de súmula vinculante (art. 103-A, da CF). Quem tem legitimidade aqui, são os mesmos legitimados a propor ADIN e ADC. Portanto, a **alternativa B** está incorreta. A **alternativa C** está incorreta, pois não é cabível essa reclamação, no que diz respeito à validade dessa lei. A **alternativa D** é a correta porque, de fato, a súmula vinculante determina como a Administração Pública vai proceder, como os órgãos do Poder Judiciário devem decidir, mas não controla a elaboração de normas. Lembre-se: súmula vinculante não é forma de controle de constitucionalidade.

●●● **RESPOSTA: D.**

COMPETÊNCIA

X EXAME DA OAB – 18 – Na ausência de lei federal estabelecendo normas gerais sobre proteção de ecossistemas ameaçados, determinado estado da Federação editou, no passado, a sua própria lei sobre o assunto, estabelecendo desde princípios e valores a serem observados até regras específicas sobre a exploração econômica de tais áreas. Criou, ainda, fiscalização efetiva em seu território e multou empresas e produtores que desrespeitaram a lei. Anos depois, a União edita lei contendo normas gerais sobre o tema e muitas de suas disposições conflitavam com a anterior lei estadual. Com relação a este caso, assinale a afirmativa correta.

- A)** A União não poderia legislar, uma vez que o assunto é matéria de interesse local, não havendo justificativa para lei nacional sobre o tema. Houve invasão de competência privativa dos estados.



B) No campo das competências legislativas concorrentes, a União deve legislar sobre normas gerais e o estado pode editar normas suplementares, mas enquanto inexistir lei federal, a competência do estado é plena. A superveniência de lei geral nacional suspende a eficácia das disposições contrárias da lei dos estados.

C) A lei aplicável, no caso concreto, será aquela que estabelecer padrões mais restritivos, em atenção à proteção do meio ambiente, não importando se tal norma é a federal ou se a editada pelos estados-membros.

D) O estado não poderia ter estabelecido normas próprias na ausência de lei nacional com disposições gerais que definissem marcos a serem seguidos pelos estados. Em consequência, são nulas todas as multas aplicadas anteriormente à publicação da lei editada pela União.

A questão versa sobre competência concorrente da União e dos Estados. A **alternativa A** está incorreta, pois se trata de matéria que é de competência da União (ainda que o Estado também tenha competência sobre o mesmo assunto). Além disso, só se fala em interesse local na competência dos municípios (art. 30, inc. I, da CF). A **alternativa B** é a correta, tendo em vista o disposto no art. 24, § 1º, 2º, 3º e 4º, da CF. Ou seja, naquilo que for de competência concorrente, a União estabelece normas gerais. Na ausência de norma geral, os Estados exercem competência legislativa plena. No entanto, surgindo lei federal que venha a conflitar com lei estadual, a lei federal suspende a eficácia de todos os dispositivos da lei estadual que com ela conflitem. A **alternativa C** está incorreta porque, se houver lei federal, ela valerá. Aquilo que contrariar a lei federal não será aplicado. A **alternativa D** está incorreta, pois o Estado tem essa possibilidade e vai exercê-la enquanto não houver lei federal.

● ● ● **RESPOSTA: B.**

XII EXAME DA OAB – 14 – O Deputado Federal Y foi objeto de extensa investigação, e diversas reportagens jornalísticas indicaram sua participação em fraudes contra a previdência social. Além disso, inquéritos da polícia chegaram a fortes indícios de diversas práticas criminosas por uma quadrilha por ele liderada. O Ministério Público ofereceu denúncia contra sete acusados, incluindo o parlamentar. Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Os deputados federais não podem ser presos em hipótese alguma, pois são invioláveis, na forma prevista na Constituição da República.

B) O processo criminal contra o deputado federal deverá tramitar perante o Superior Tribunal de Justiça e tem procedimento especial previsto em lei.

C) O tribunal competente, recebida a denúncia contra o deputado federal por crime ocorrido após a diplomação, dará ciência à Câmara dos Deputados, que poderá sustar o andamento da ação por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, até a decisão final.

D) Os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa; não sendo concedida a licença, ficará suspensa a prescrição, até o fim do mandato.

A **alternativa A** está incorreta, tendo em vista o disposto no art. 53, § 1º e 2º, da CF. Os deputados federais podem ser presos em flagrante por crime inafiançável. A **alternativa B** está incorreta, pois o processo não tramita perante o STJ, mas perante o STF (art. 53 da CF). A **alternativa C** é a correta, conforme o art. 53, § 3º, da CF. A **alternativa D** está incorreta porque os membros do Congresso Nacional poderão, sim, ser processados. A licença da casa é no que tange à prisão do parlamentar, em caso de flagrante por crime inafiançável.

● ● ● **RESPOSTA: C.**

XII EXAME DA OAB – 15 – A Constituição da República de 1988 adotou elementos de federalismo cooperativo e de federalismo dual na repartição de competências entre os entes federados, distribuindo competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. Assim sendo, a respeito da organização do Estado estabelecida na Constituição, assinale a afirmativa correta.

A) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, competindo à lei complementar fixar normas de cooperação entre os entes.

B) É vedado aos Estados criar códigos tributários próprios, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro e tributário.

C) É vedado à União decretar intervenção federal em Município localizado em território federal quando este não tiver aplicado o mínimo exigido de sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino.

D) Em relação às competências legislativas concorrentes da União e dos Estados, havendo norma federal e estadual divergentes, deve prevalecer a norma federal, que serve de fundamento de validade à norma estadual.

A **alternativa A** é a correta, conforme o previsto no art. 23, inc. VI e parágrafo único, da CF. A **alternativa B** está



incorreta, pois o art. 24, inc. I, da CF determina que a competência é concorrente. A **alternativa C** está incorreta porque não é vedado à União decretar intervenção federal em município, conforme previsão do art. 35, inc. III, da CF. A **alternativa D** está incorreta, visto que deve prevalecer a norma federal, desde que conforme o art. 24 e seus parágrafos (ou seja, a lei federal suspende a eficácia da lei estadual).

● ● ● **RESPOSTA: A.**

PODER LEGISLATIVO

X EXAME DA OAB – 17 – Preocupado com a concorrência de eletrodomésticos produzidos na China e com o saldo da balança comercial, o Presidente da República, no dia 1º de abril, editou medida provisória determinando o aumento da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os produtos provenientes daquele país. Entretanto, passados 30 (trinta) dias, o Congresso Nacional rejeitou a medida provisória, não a convertendo em lei. Com base no caso acima, assinale a afirmativa correta.

- A)** A medida provisória terá eficácia por mais 30 (trinta) dias, perfazendo o total de 60 (sessenta) dias.
- B)** A medida provisória terá eficácia por mais 30 (trinta) dias, período no qual poderá haver nova tentativa de conversão em lei.
- C)** A medida provisória perderá sua eficácia, cabendo ao Presidente da República, caso haja interesse, reeditá-la imediatamente.
- D)** A medida provisória perderá sua eficácia, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes.

A resposta exige o conhecimento do art. 62 da CF. A **alternativa A** está incorreta, pois a eficácia da Medida Provisória é de 60 dias, prorrogada automaticamente por mais 60 dias. A **alternativa B** está incorreta porque a matéria de Medida Provisória que tenha sido rejeitada ou havida por prejudicada por sessão legislativa, só poderá ser apresentada novamente em nova sessão legislativa. A **alternativa C** está incorreta, visto que a reedição imediata não se dá em Medida Provisória. Por fim, a **alternativa D** está correta, pois traz o previsto no art. 62 da CF.

● ● ● **RESPOSTA: D.**

NACIONALIDADE BRASILEIRA, REGIME JURÍDICO DO ESTRANGEIRO

XII EXAME DA OAB – 17 – João, 29 anos de idade, brasileiro naturalizado desde 1992, decidiu se candidatar, nas

eleições de 2010, ao cargo de Deputado Federal, em determinado ente federativo. Eleito, e após ter tomado posse, foi escolhido para Presidir a Câmara dos Deputados. Com base na hipótese acima, assinale a afirmativa correta.

- A)** João não poderia ter-se candidatado ao cargo de Deputado Federal, uma vez que esse é um cargo privativo de brasileiro nato.
- B)** João não poderia ser Deputado Federal, mas poderia ingressar na carreira diplomática em que não é exigido o requisito de ser brasileiro nato.
- C)** João poderia ter-se candidatado ao cargo de Deputado Federal, bem como ser eleito. Entretanto, não poderia ter sido escolhido Presidente da Câmara dos Deputados, eis que esse cargo deve ser exercido por brasileiro nato.
- D)** João não poderia ter-se candidatado ao cargo de Deputado Federal, mas poderia ter se candidatado ao cargo de Senador da República, mesmo sendo brasileiro naturalizado.

A **alternativa A** está incorreta, pois o cargo de Deputado Federal pode ser ocupado por brasileiro nato e naturalizado. A **alternativa B** está incorreta porque João pode ser Deputado Federal, mas não pode ingressar na carreira diplomática, que é privativa de brasileiro nato (art. 12, § 3º, da CF). A **alternativa C** é a correta, pois João preenche os requisitos para ser Deputado Federal. No entanto, João não pode ser Presidente da Câmara, que é cargo privativo de brasileiro nato (art. 12, § 3º, inc. II, da CF). Por fim, a **alternativa D** está incorreta, visto que João não possui 35 anos de idade (requisito para se candidatar a Senador).

● ● ● **RESPOSTA: C.**

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

X EXAME DA OAB – 15 – Em relação aos remédios constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- A)** O habeas data pode ser impetrado ainda que não haja negativa administrativa em relação ao acesso a informações pessoais.
- B)** A ação popular pode ser impetrada por pessoa jurídica.
- C)** O particular pode figurar no polo passivo da ação de habeas corpus.
- D)** O mandado de segurança somente pode ser impetrado quando as questões jurídicas forem incontroversas.

A **alternativa A** está incorreta, pois o habeas data é remédio para acesso de informação da pessoa do impetrante. Ademais, para o ajuizamento de habeas data é necessá-



ria a comprovação da negativa administrativa de acesso à informação. A **alternativa B** está incorreta porque a ação popular não pode ser impetrada por pessoa jurídica e estrangeiro (só cidadãos possuem legitimidade para ingressar com ação popular). A **alternativa C** é a correta, visto que cabe habeas corpus sempre que houver coação ou ameaça à liberdade de locomoção, contra ato de ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, inc. LXVIII, da CF). A lei não refere que o ato deva ser cometido por autoridade pública, de modo que cabe habeas corpus contra particular. A **alternativa D** está incorreta, pois o Mandado de Segurança protege o direito líquido e certo, independentemente de a questão ser controversa ou não.

●●● RESPOSTA: C.

AÇÃO POPULAR

XI EXAME DA OAB – 18 – Em atenção às recentes manifestações populares, fora noticiado na TV que determinados deputados estaduais de dado Estado da Federação estavam utilizando a verba do orçamento destinada à saúde para proveito próprio. Marcos, cidadão brasileiro, insatisfeito com a notícia e de posse de documentação que denota indícios de lesão ao patrimônio de seu Estado, ajuíza Ação Popular no Juízo competente em face dos aludidos deputados e do Estado. Em atenção ao disciplinado na Lei n. 4.717/65, que trata da Ação Popular, assinale a alternativa incorreta.

A) Marta, cidadã brasileira, residente e domiciliada no mesmo Estado, pode habilitar-se como litisconsorte de Marcos.

B) Na mesma linha da ação de Mandado de Segurança, o direito de ajuizá-la decai em 5 (cinco) anos.

C) O Estado, a juízo de seu representante legal, em se afigurando útil ao interesse público, poderá atuar ao lado de Marcos na condução da ação.

D) Sendo julgada improcedente a ação movida por Marcos, poderá este recorrer, além do Ministério Público e qualquer outro cidadão.

A **alternativa A** está correta, pois Marta também é cidadã brasileira e nada impede que Marta esteja no polo ativo da Ação Popular. A **alternativa B** é a incorreta, visto que o prazo decadencial do Mandado de Segurança é de 120 dias. A **alternativa C** está correta porque o Estado também interesse no que diz respeito ao próprio patrimônio. A **alternativa D** também está correta, pois todos os citados são habilitados a intentar recurso.

●●● RESPOSTA: B.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

X EXAME DA OAB – 19 – Ajuizada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) requerendo expressamente que se declare inconstitucional o Art. 2º da Lei X, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao apreciar o pedido, apenas declarou inconstitucional uma interpretação possível da norma impugnada, sem declarar sua invalidade, e determinou que sua decisão só acarretasse efeitos a partir do seu trânsito em julgado. Com base na situação acima, assinale a afirmativa correta.

A) O STF como órgão do Poder Judiciário, por força do princípio da correlação, não poderia julgar de forma distinta daquela requerida pela parte autora.

B) O STF, no controle abstrato de constitucionalidade, não está adstrito ao pedido formulado na inicial, podendo, inclusive, fazer uma interpretação conforme a Constituição, a despeito de expresso requerimento pela declaração de invalidade da norma.

C) A modulação dos efeitos das decisões do STF em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é possível, desde que com a aprovação da maioria absoluta dos seus membros.

D) O STF não pode fixar os efeitos da decisão a partir do seu trânsito em julgado, pois, em conformidade com o princípio da supremacia da Constituição, a pecha da inconstitucionalidade contamina a lei desde a sua gênese.

A **alternativa A** está incorreta, visto que, nestas ações, o STF não fica restrito ao pedido, podendo julgar de forma distinta daquela requerida pelo autor. A **alternativa B** é a correta porque o STF pode, de fato, dar interpretação conforme e pode declarar inconstitucionalidade sem redução de texto (art. 27 da Lei 9868/99). A **alternativa C** está incorreta, pois não é por meio de maioria absoluta, mas sim pode 2/3 (art. 27 da Lei 9868/99). A **alternativa D** está incorreta, tendo em vista que o STF pode determinar a partir de que momento a lei será inconstitucional, por conta do princípio da segurança jurídica.

●●● RESPOSTA: B.

XI EXAME DA OAB – 19 – A Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão estão regulamentadas no âmbito infraconstitucional pela lei 9.868/99, que dispõe sobre o processo e julgamento destas ações perante o Supremo Tribunal Federal. Tomando por base o constante na referida lei, assinale a alternativa incorreta.

A) Podem propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão os mesmos legitimados



para propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade.

B) Cabe no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade a concessão de medida cautelar.

C) As decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade e em Ação Declaratória de Constitucionalidade possuem o chamado efeito dúplice.

D) Enquanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade não admitem desistência, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão admite a desistência a qualquer tempo.

As **alternativa A, B e C** estão corretas, conforme a Lei 9868/99. A **alternativa D** é a incorreta, pois ADIN, ADC e ADIN por omissão não admitem desistência (art. 12, alínea b, da Lei 9868/99).

●●● **RESPOSTA: D.**

XII EXAME DA OAB – 18 – Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

A) É impossível o esclarecimento da matéria de fato em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

B) A União Nacional dos Estudantes não tem legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.

C) Não se admite a desistência após a propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade.

D) Os efeitos da decisão que afirma a inconstitucionalidade da norma em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, em regra, são *ex tunc*.

A **alternativa A** está incorreta, pois é possível o esclarecimento de matéria de fato em ADIN. A **alternativa B** está correta, visto que, da fato, a UNE não tem legitimidade para propor ADIN. A **alternativa C** está correta porque não se admite desistência em ADIN e em ADC. Por fim, a **alternativa D** está correta, pois o efeito da decisão que afirma a inconstitucionalidade da norma retroage.

●●● **RESPOSTA: A.**

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

XI EXAME DA OAB – 17 – No que concerne à reclamação constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) A reclamação pode ser utilizada como sucedâneo de recurso, segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal.

B) A Súmula do Supremo Tribunal Federal despidida de eficácia vinculante é paradigma apto a dar ensejo ao conhecimento da reclamação.

C) A reclamação é cabível, ainda que já tenha ocorrido o trânsito em julgado do ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

D) A reclamação pode ser utilizada tanto para a preservação da competência do Supremo Tribunal Federal quanto do Superior Tribunal de Justiça.

A **alternativa A** está incorreta, tendo em vista que reclamação constitucional não é recurso. A **alternativa B** está incorreta, pois Súmula não é modelo para reclamação constitucional. A **alternativa C** está incorreta porque a reclamação constitucional só tem cabimento antes do trânsito em julgado do ato judicial. Por fim, a **alternativa D** está correta, conforme a previsão do art. 102, alínea I, e art. 105, alínea f, ambos da CF.

●●● **RESPOSTA: D.**

DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS

X EXAME DA OAB – 14 – Apesar da existência de vários partidos políticos por força de questões regionais, conjunturais e do vínculo da fidelidade partidária, é comum a cada ano o surgimento de novas agremiações no cenário nacional. Quanto ao funcionamento dos partidos políticos, à luz das normas constitucionais, assinale a afirmativa correta.

A) Podem receber recursos financeiros de governo estrangeiro.

B) Devem prestar as contas partidárias perante Conselho Especial.

C) Podem ter caráter regional, representando pelo menos duas regiões.

D) Têm acesso gratuito ao rádio e à televisão nos limites legais.

A **alternativa A** está incorreta, pois partidos políticos não podem receber recursos financeiros de governos estrangeiros. A **alternativa B** está incorreta, tendo em vista que a prestação de contas se dá perante a Justiça Eleitoral. A **alternativa C** está incorreta porque os partidos políticos devem ter caráter nacional. Por fim, a **alternativa D** está correta, conforme previsão do art. 17, § 3º, da CF.

●●● **RESPOSTA: D.**

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

X EXAME DA OAB – 11 – A hermenêutica aplicada ao direito formula diversos modos de interpretação das leis. A interpretação que leva em consideração principalmente



os objetivos para os quais um diploma legal foi criado é chamada de

A) interpretação restritiva, por levar em conta apenas os objetivos da lei, ignorando sua estrutura gramatical.

B) interpretação extensiva, por aumentar o conteúdo de significado das sentenças com seus objetivos historicamente determinados.

C) interpretação autêntica, pois apenas as finalidades da lei podem dar autenticidade à interpretação.

D) interpretação teleológica, pois o sentido da lei deve ser considerado à luz de seus objetivos.

A **alternativa A** está incorreta, pois a interpretação restritiva leva em conta o texto da lei. A **alternativa B** está incorreta porque a interpretação extensiva se dá pelo sentido sistemático da lei. A **alternativa C** está incorreta, visto que a interpretação autêntica visa o sentido que a lei apresenta sob o aspecto gramatical ou conteúdo específico. A **alternativa D** é a correta, pois a interpretação teleológica é aquela que enxerga a lei como um meio para determinado fim. Ou seja, a lei deve ser enxergada pelos objetivos pretendidos pelo legislador.

● ● ● **RESPOSTA: D.**

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

X EXAME DA OAB – 13 – A Constituição brasileira não pode ser emendada

A) na implantação do estado de emergência e durante a intervenção da União nos Estados.

B) na vigência do estado de sítio e na implantação do estado de emergência.

C) quando em estado de sítio e durante a intervenção da União nos Municípios.

D) na vigência de estado de defesa, de estado de sítio e de intervenção federal.

As **alternativas A, B e C** estão incorretas, pois não há nada na CF que impeça a emenda à Constituição nas situações referidas. A **alternativa D** está correta, conforme a previsão do art. 60, § 1º, da CF.

● ● ● **RESPOSTA: D.**

PODER JUDICIÁRIO

X EXAME DA OAB – 16 – Compete ao STF processar e julgar originariamente os litígios listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

A) Entre Estado estrangeiro e Estado membro da federação.

B) Entre Estado estrangeiro e município.

C) Entre organismo internacional e a União.

D) Entre organismo internacional e Estado membro da federação.

As **alternativas A, C e D** trazem as competências do STF (art. 102, CF). A **alternativa B** é a correta, visto que traz a competência do STJ (art. 105, inc. II, alínea c, da CF).

● ● ● **RESPOSTA: B.**

XII EXAME DA OAB – 16 – Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta competência(s) do Superior Tribunal de Justiça.

A) Processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Comandante da Marinha.

B) Julgar as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

C) Julgar e processar, originariamente, litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Territórios.

D) Julgar, mediante recurso, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

A **alternativa A** está correta, pois traz a previsão do art. 105, alínea b, da CF. As **alternativas B, C e D** estão incorretas, pois não trazem as competências do STJ (art. 105, do CF).

● ● ● **RESPOSTA: A.**

POLÍTICA URBANA

XI EXAME DA OAB – 16 – M vem desrespeitando o zoneamento estipulado pelo Município X em seu plano diretor, uma vez que mantém, com nítido caráter de especulação, terreno não utilizado em área residencial. Assinale a alternativa que indica medida que o Município X pode tomar para que M utilize adequadamente seu terreno.

A) Desapropriar o terreno, sem que haja pagamento de indenização.

B) Desapropriar o terreno, mediante pagamento de indenização justa, prévia e em dinheiro.

C) Determinar edificação compulsória naquele terreno.

D) Instituir multa administrativa no patamar de até 100% do valor no IPTU do imóvel.

A **alternativa A** está incorreta, pois não há essa possibilidade. A única possibilidade de expropriação é no caso do art. 243 da CF. A **alternativa B** está incorreta, visto que